

UM RECADO DE 1982: MAIORIA NÃO É TUDO E GRITO NÃO RESOLVE NADA.

JORNAL DA TARDE

21 NOV 1986

"Não é característica da democracia a maioria absoluta de votos. A julgar pelos critérios do presidente do PMDB, a Inglaterra teria um governo ilegítimo." A afirmação é do presidente Sarney, respondendo a declarações de Ulysses Guimarães. A época, porém, não é 21 de novembro de 1986, dias após as eleições, mas final de 1982, depois das eleições diretas de governador e renovação do Congresso.

Sarney era então presidente do PDS e Ulysses, como agora, presidente do PMDB. Na ocasião, o partido de Ulysses apresentou proposta de reformas econômicas e Sarney discursou, respondendo ponto por ponto. A certa altura disse Sarney: "Para dialogar é preciso confiar. Nós estamos confiando na disposição para o entendimento. Um entendimento alto, respeitoso, democrático e partidário".

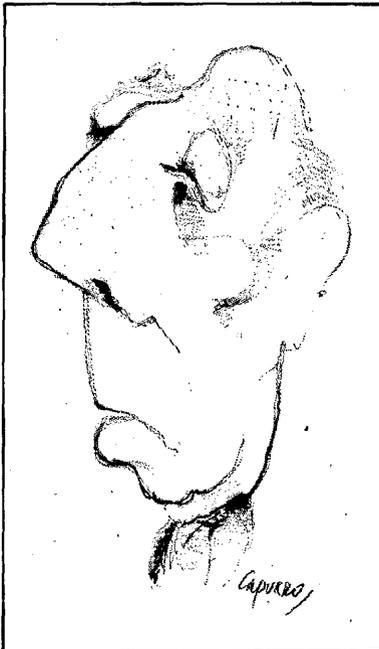
Disse ainda o atual presidente da República: "A democracia é um regime de conflitos e cabe a nós, homens públicos, de todos os partidos, harmonizá-los, até mesmo porque, como se diz no meu sofrido e machucado Nordeste, com grito não se afina rabeça".

No mesmo discurso Sarney disse que "para dialogarmos precisamos ser justos", citando Joaquim Nabuco: "Não há diferença entre ministros, não há diferença entre partidos, não há diferença entre épocas".

Rebatendo as propostas do PMDB, o então presidente do PDS declarava: "Se quisermos fortificar as instituições liberais e democráticas, fortifiquemos a iniciativa privada, a economia de mercado, base de uma sociedade pluralista e aberta".

Na proposta do PMDB, Ulysses Guimarães pregou "a redução gradativa e seletiva dos subsídios em função da modificação dos preços relativos e da ativação da política de câmbio". Respondeu Sarney: "Aqui há uma profunda convergência de desejos entre o PMDB, o PDS e o governo. Nos últimos tempos os subsídios têm sido cada vez mais reduzidos. Aqueles oferecidos para a importação de petróleo e para o crédito rural praticamente foram extintos. O do trigo está reduzido a cerca de 25%, com tendência também a ser extinto. Mantém-se, contudo, aqueles oferecidos à exportação. O caráter seletivo dessa atividade parece evidenciar-se por si mesmo".

O PMDB propôs, também, taxa-ção sobre ganhos de capital. Respondeu então o presidente do PDS: "Há muito ela foi instituída e a cada ano é maior este tributo na receita nacional". O PMDB sugeriu "aumentar a eficiência e a competitividade do setor estatal da economia". Disse Sarney na ocasião: "Sem dúvida, isso seria excelente para o País se as empresas estatais estivessem contidas dentro da economia de mercado. Ocorre, contudo, que os



monopólios que elas operam, em sua maioria, não têm nenhum compromisso com o lucro, nem com a eficiência". E mais adiante: "...se torna quase insuportável para o País a expansão incontrolável da estatiza-

Ulysses chama os líderes: quer preparar a pauta.

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, marcou uma reunião para hoje, às 9h, com os líderes partidários: ele quer preparar a pauta da ordem do dia do plenário, para discussão e votação até 5 de dezembro. Um dos projetos que deverá ser incluído é o que propõe a extinção da sublegenda no Senado. Outra proposta em exame é do presidente Sarney, que altera a Lei de Greve, ainda sem parecer das comissões técnicas. Tudo indica que essa proposição deverá ser aditada para o próximo ano. Ulysses vai aproveitar a reunião para solicitar aos líderes apoio para sua emenda ainda não formalizada por não ter obtido as assinaturas de um terço dos senadores: criar uma comissão representativa para atuar na Constituinte com Poder Legislativo, em 1987. Seria para evitar o funcionamento simultâneo da Constituinte, da Câmara, Senado e Congresso (Câmara e Senado reunidos).

ção. Hoje, o Estado é responsável por quase 75% do volume de todos os investimentos".

O PMDB propôs, também, na fala de Ulysses, "restringir o acesso do Estado ao mercado de capitais aos casos de investimentos públicos efetivamente reprodutivos e autoliquidáveis". A propósito, o então presidente do PDS comentou: "Também nada temos a contestar, uma vez que essa providência é uma crítica clara e vinculada à ineficiência do Estado-empresário, depredando o campo da disponibilidade de capitais, disputando-o com a empresa privada".

Noutra parte do documento o PMDB pediu "a restauração do mercado interno como principal centro dinâmico da economia nacional". Respondeu Sarney: "Realmente, a proposição fica difícil de ser entendida. Restaura-se o que deixou de existir, mas o mercado interno tem sido e será sempre o setor dinâmico de nos economia". O PDS concordou, ainda, com a proposta do PMDB de uma reforma do sistema monetário financeiro, com vistas ao seu efetivo controle. "Também nesse ponto estamos em absoluta concordância", disse Sarney, na ocasião.

Já com relação ao FMI, o que dizia o então presidente do PDS não se casa com as iniciativas do atual presidente da República. O PMDB pediu a ruptura com o FMI e Sarney respondeu:

"O rompimento com o FMI não auxiliaria em nada na retomada do desenvolvimento. Para que fazê-lo? Seria para expandir livremente o déficit público só promovendo a retomada econômica se houvesse reservas cambiais para importação das matérias-primas e petróleo, requeridas para sustentar um nível mais alto da atividade econômica. Como essas reservas não existem, aquela expansão agravaria a inflação, sem aumentar o produto. Ao contrário, talvez diminuísse a taxa de crescimento, pois ao emitir títulos da dívida para financiamento do déficit, elevar-se-ia a taxa de juros e diminuiríamos ainda mais os investimentos privados".

A respeito do problema salarial, o PMDB propôs "a elevação do salário médio real, em função do aumento da produtividade média da economia e da redução metódica e substancial das diferenças entre salários mais baixos e mais altos".

Em resposta, o então presidente do PDS, José Sarney, afirmou: "Estamos de pleno acordo. Apenas o PMDB é mais exigente do que o PDS na formulação de uma política de contenção salarial. Fôssemos adotar de imediato a posição do PMDB, levando-se em conta que a produtividade real da economia declinou nos últimos três anos, os salários obrigatoriamente estariam condenados à redução".

Flamarion Mossri